



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
COLEGIADO PLENO

Ata da 180ª Reunião Ordinária do Colegiado Pleno do Conselho
Universitário, realizada no dia 03 de setembro de 2025.

01	Aos três dias do mês de setembro de 2025, às 9h, no Centro de Eventos Rosa Tânia Barbosa de Menezes, em
02	Campina Grande/PB, iniciou-se a 180ª Reunião Ordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, sob a
03	presidência do Reitor, Professor Camilo Allyson Simões de Farias. Atendendo à convocação, compareceram os
04	Conselheiros: Fernanda de Lourdes Almeida Leal – Vice-Reitora; Carmem Dolores de Sá Catão – Diretora do
05	CCBS; Rodrigo Pinheiro Fernandes de Queiroga e Roseane Christhina da Nova Sá Serafim – representantes do
06	CCBS; Vanderlan Francisco da Silva – Diretor do CH; Shirley Barbosa das Neves Porto e Keila Queiroz e Silva –
07	representantes do CH; Marcus Vinícius Lia Fook – Diretor do CH; Manassés da Costa Agra Mello –
08	representante do CCT; Jorge César Abrantes de Figueiredo – Diretor do CEEI; Mário de Sousa Araújo Filho –
09	representante do CEEI; José Agnelo Soares – Diretor do CTRN; Kainara Lira dos Anjos – representante do
10	CTRN; Jardel de Freitas Soares – Diretora do CCJS; Marília Daniella Freitas Oliveira Leal – representante do
11	CCJS; Kennia Sibelly Marques de Abrantes Sucupira – Diretora do CFP; José Fábio Paulino de Moura – Vice-
12	Diretor do CSTR; Ramilton Marinho Costa – Diretor do CES; Anielson dos Santos Souza – Diretor do CCTA;
13	Ancélio Ricardo de Oliveira Gondim – representante do CCTA; Franklin Ferreira de Farias Nóbrega – Vice-
14	Diretor do CDSA; Antônio da Silva Campos Júnior – representante do CDSA; Hiago de Freitas Macedo, Anthony
15	Pedro da Silva Lucena, Jeová Mateus dos Santos Azevedo, Djanira Lizandra da Costa Leão, Kauan Andrick
16	Barros Rolim, Matheus de Sousa e Silva e Maria Andressa da Conceição – representantes do DCE; Rosivaldo
17	Dantas de Araújo, Valéria de Lucena Ferreira Tomé e Juliana Celly Gomes Barbosa Rodrigues – representantes
18	dos TAEs; Elizandra Silva da Penha – representante da CSE; Viviane Farias Silva – representante da CSPG;
19	Francisco Vilar Brasileiro – representante da CSPE; Sabrinna Correia Medeiros Cavalcanti e Danielly Lopes de
20	Lima – representante da CSGAF. Também estiveram presentes: Rian Gomes do Nascimento – representante
21	Suplente do DCE e Maria do Socorro Cosme dos Santos – representante Suplente dos TAEs; Estiveram
22	ausentes os Conselheiros: Igo Paulino da Silva – representante do CCT; Luiz Jardelino de Lacerda Neto
23	(ausência justificada) e José Ferreira Lima Júnior (ausência justificada) – representantes do CFP; Valdir Morais
24	de Almeida (ausência justificada) – representante do CSTR; Thiago Cardoso de Lima – representante dos TAEs;
25	Adriana Salete Dantas Farias (ausência justificada) – representante da CSE; Jaime Emanuel Brito Araújo
26	(ausência justificada) – representante da CSPG; Jean Márcio Souza da Silva – representante da CSPE.
27	Verificando a existência do quórum regimental, o Senhor Presidente iniciou a reunião, saudando e desejando
28	a todos(as) um bom dia de trabalho. A seguir, houve a apreciação da Ata da 179ª Reunião Ordinária, do dia 11

29 **de agosto de 2025**, que foi **aprovada**, por maioria de votos, com 32 (trinta e dois) votos favoráveis, nenhum
30 contrário e 3 (três) abstenções. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu as boas-vindas aos novos
31 membros deste Colegiado e designou a comissão examinadora especial para concessão do título de Doutor
32 *honoris Causa (In memoriam)* ao poeta escritor e cordelista Leandro Gomes de Barros, composta pelos
33 professores Danielly Lopes Lima, Rodrigo Pinheiro Fernandes de Queiroga e Vanderlan Francisco da Silva. Não
34 houve expedientes. No item **Comunicações**. O Senhor Presidente concedeu a palavra aos representantes das
35 entidades sindicais. Os discentes do DCE fizeram manifestações destacando a crise dos Restaurantes
36 Universitários (RUs), principalmente o fechamento do RU do Campus de Sumé e a precariedade da
37 alimentação estudantil. Ato contínuo, houve denúncias a respeito da fome entre estudantes, dificuldade na
38 manutenção da moradia estudantil sem auxílio alimentar, alto custo do almoço e a consequente evasão de
39 alunos por questões socioeconômicas. O DCE enfatizou a necessidade urgente da reabertura e melhoria dos
40 RUs, manifestou oposição ao modelo de terceirização onerosa vigente e defendeu a autogestão dos
41 restaurantes universitários. A seguir, Emanuel Varela Cardoso, membro da Comissão Interna de Supervisão –
42 CIS, comentou sobre a Minuta de Resolução que dispõe sobre a atualização da referida Comissão, ponto de
43 pauta desta Reunião. Ato contínuo, registrou as suas atribuições, a qual seria orientar os gestores com dúvidas
44 sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação – PCCTAE. Logo após, o
45 Conselheiro Franklin Ferreira de Farias Nóbrega foi solidário à causa dos estudantes e fez um apanhado
46 histórico da situação do RU no Campus de Sumé desde a gênese do contrato no ano de 2023. Informou que
47 não havia um planejamento prévio para que houvesse o auxílio financeiro de 50% (cinquenta por cento) e que
48 só foi possível cumprir o ano letivo de 2024 em virtude do retorno às aulas ter ocorrido no mês de maio de
49 2024. Também apontou que foi feito um aditivo no mês de novembro de 2024 de aproximadamente 25%
50 (vinte e cinco por cento), que era o limite máximo, mas que a equipe de fiscalização verificou que não seria
51 possível ultrapassar o mês de agosto de 2025 por saldo contratual. Desta forma, a partir de setembro de 2025,
52 a execução de recursos dentro deste contrato infringiria as legislações vigentes. Mais adiante, houve
53 manifestação dos Estudantes, em que aconteceram vários posicionamentos, com ênfase para a situação crítica
54 dos Restaurantes Universitários (RUs), especialmente o fechamento dos RUs em diferentes campi, o aumento
55 nos preços das refeições e a sobrevivência dos estudantes em situação de fome e a vulnerabilidade
56 socioeconômica. Nesse contexto, houve relatos emocionados sobre as dificuldades para se alimentarem, os
57 impactos negativos na permanência da situação, o êxito acadêmico e o apelo para que a Gestão priorize a
58 reabertura e funcionamento dos RUs a preços acessíveis. A seguir, o Senhor Presidente defendeu a
59 manutenção do diálogo entre Reitoria, DCE e centros acadêmicos. Garantiu o compromisso da Reitoria em
60 manter reuniões periódicas com representantes estudantis para transparência e construção conjunta das
61 soluções. Na sequência, o Senhor Presidente propôs a inclusão do ponto de pauta a respeito da discussão
62 sobre os Restaurantes Universitários da UFCG e a sua inversão para o primeiro ponto, o que foi aprovado, por
63 unanimidade, com 36 (trinta e seis) votos favoráveis. A seguir, iniciou a **Ordem do dia. 4.01. Discussão sobre os**
64 **Restaurantes Universitários da UFCG**. O Senhor Presidente realizou uma apresentação ao Plenário em que
65 expôs os contratos frágeis e mal planejados herdados da Gestão passada, responsáveis pela crise atual nos
66 RUs, ressaltando que aqueles realizados para os campus do interior apresentaram problemas financeiros,

67 especialmente os celebrados com a empresa responsável pelo Campus de Sumé. Ato contínuo foi
68 apresentado, de forma transparente e detalhada, o orçamento da assistência estudantil: R\$ 21,1 milhões
69 destinados a 12 programas, com destaque para o auxílio ao ensino de graduação (AEG) e aos restaurantes
70 universitários. Em seguida, registrou a proposta da gestão de simplificação do processo de seleção para acesso
71 à assistência alimentar, contemplando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica
72 comprovada, com auditorias por amostragem para garantir lisura. Na sequência, esclareceu sobre a diferença
73 entre o modelo de cessão onerosa (terceirização) e o modelo de autogestão, defendendo este último por
74 oferecer maior controle e qualidade à Universidade, além de priorizar a agricultura familiar. Posteriormente,
75 reiterou o compromisso da atual Gestão na busca de uma solução emergencial para reabertura dos RUs,
76 incluindo pagamento de bolsas emergenciais onde necessário. Em seguida, o Professor Reginaldo Pereira
77 França Júnior, Pró-Reitor da PRAC, comentou que o modelo de cessão onerosa do RU adotado pela UFCG não
78 atende as necessidades da Comunidade, pois há uma falta de conexão entre o processo de produção dessa
79 refeição até a entrega dela para o estudante, o que a Gestão está tentando solucionar com a criação de um
80 núcleo de fiscalização de contrato. Na sequência, comentou sobre as características da UFCG em relação ao
81 consumo de refeições e a luta por um modelo equitativo que atenda a assistência ao aluno, os requisitos
82 legais constantes na política nacional estudantil e a sustentabilidade financeira do orçamento da Instituição.
83 Em seguida, aconteceram diversas manifestações de apoio entre conselheiros e professores, os quais
84 endossaram a importância da autogestão e da mobilização estudantil, além do reconhecimento da gravidade
85 da fome e da precariedade alimentar na Instituição. Com a palavra, o Conselheiro Ramilton Marinho Costa se
86 solidarizou com os estudantes e disse que o restaurante universitário de Cuité foi modelo, com uma gestão
87 autônoma que possibilitava espaço de estágios para os alunos do curso de Nutrição antes da modalidade da
88 cessão onerosa. Em seguida, o Conselheiro Jardel de Freitas Soares parabenizou pelo momento de democracia
89 e de discussões. Ato contínuo sugeriu uma reunião com todas as Direções e a classe estudantil para novas
90 discussões com mais tranquilidade. Também registrou que foi contra o modelo de cessão onerosa, juntamente
91 com o professor José Justino Filho, quando este foi Diretor em Cuité, por entender que o RU é patrimônio da
92 Universidade. A seguir, a Conselheira Carmem Dolores de Sá Catão ressaltou a legitimidade das manifestações
93 dos estudantes, todavia enfatizou que o modelo de cessão onerosa, com toda dificuldade, permitiu a abertura
94 do RU, pois antes não tinha. Ato contínuo, parabenizou a Gestão pela iniciativa de aperfeiçoar o RU, porquanto
95 sabe das dificuldades de conseguir orçamento. A seguir, perguntou ao Senhor Presidente acerca da
96 possibilidade de nesse novo contrato estender o RU do Campus de Campina Grande junto ao CCBS, uma vez
97 que permitiria uma solução mais breve para o Centro, considerando que ele faz parte da sede. Na sequência, a
98 Conselheira Keila Queiroz e Silva manifestou apoio à manifestação estudantil e registrou que, diante da
99 preferência pela autogestão, foi necessário recorrer ao formato de licitação para permitir a abertura do RU de
100 modo a garantir o apoio aos os estudantes de baixa renda que não tinham condições de pagar. Ato contínuo,
101 também apontou a necessidade de lutar por mais orçamento e ao mesmo tempo a busca de resolução
102 imediata, ainda que por meio de processo licitatório, até se pensar em futuras alternativas. A seguir, a
103 Conselheira Danielly Lopes de Lima declarou apoio aos estudantes e defendeu um momento de discussão
104 com mais tempo sobre o tema do RU. Ato contínuo, a Conselheira Kennia Sibelly Marques de Abrantes

105 Sucupira relatou as dificuldades que o Campus de Cajazeiras vinha sofrendo desde o ano passado em virtude
106 dá má conduta da empresa prestadora do serviço do RU com estudantes, a gestão local e a equipe de
107 fiscalização. Em seguida, o Conselheiro Rosivaldo Dantas de Araújo registrou que oferece suporte técnico-
108 administrativo no setor de compras e contratos no Campus de Patos. Na sequência, elogiou a qualidade da
109 comida e tratamento da empresa e dos empregados no restaurante do Centro. Ato contínuo, ressaltou as
110 dificuldades do processo licitatório nos quantitativos com o pregão tradicional na Gestão passada, devido à
111 falta de planejamento. Em seguida, enfatizou a necessidade de fiscalização dos contratos como também os
112 desafios enfrentados para as compras de materiais em geral, de gênero alimentício, de gás e no cumprimento
113 dos 30% (trinta por cento) da agricultura familiar. Por fim, sugeriu que a Instituição criasse um cartão
114 corporativo para esses problemas do dia a dia. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou para apreciação do
115 Plenário a realização de uma reunião extraordinária ainda, neste ano, sobre modelos de gestão dos RUs e a
116 manutenção da reunião de hoje (03/09/2025) com as lideranças estudantis para as 14h30min, o que
117 foi aprovado, por unanimidade com 33 (trinta e três) votos favoráveis. **4.01. Processo SEI nº**
118 **23096.018323/2025-08**, em que a Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE solicita
119 formalização de parceria entre a FURNE e a UFCG. Relator: Jorge César Abrantes de Figueiredo. O Senhor
120 Presidente informou que o processo continua em diligência, pois não houve resposta da
121 Assessoria de Acompanhamento e Monitoramento das Fundações de Apoio – ASEAMF. **4.02. Processo SEI nº**
122 **23096.023021/2025-43**, em que Emanuel Varela Cardoso, Coordenador da Comissão Interna de Supervisão
123 do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFCG, encaminha, para apreciação,
124 atualização da Resolução do Colegiado Pleno nº 10/2008, que cria a Comissão Interna de Supervisão – CIS do
125 Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFCG, aprova o seu Regimento Interno,
126 e dá outras providências. Relator: Luiz Fernando de Oliveira Coelho. Redistribuído para: Manoel Messias
127 Lucena de Almeida. Redistribuído para: Juliana Celly Gomes Barbosa Rodrigues. Redistribuído para: Roseane
128 Christhina da Nova Sá Serafim. A seguir, a relatora leu o parecer e ao afinal solicitou que registrasse em ata, a
129 ausência de requerimento formal padrão na abertura do processo e a redistribuição da relatoria, com apenas
130 cinco dias antes da reunião ordinária, devendo-se adotar prazos mais adequados em trâmites futuros. A
131 seguir, o Senhor Presidente explicou que na preparação para reunião do Pleno, se tiver um processo com
132 relatoria, ele deve ser pautado. Entretanto, diante do curto prazo, o artigo 19, parágrafo segundo, do
133 Regimento da SODS, permite a prorrogação de prazo para emissão de parecer. Apesar disso, a relatora
134 informou que diante da morosidade do processo e dos prazos dispostos na Lei de Processo Administrativo da
135 Administração Pública Federal, resolveu emitir o parecer. Em seguida, o Coordenador da SODS explicou que
136 houve trocas de relatores devido a questões de ordem interna e administrativa do segmento dos TAEs e não
137 por falta de atenção da Secretaria, bem como a inclusão dos processos na pauta possui o objetivo de
138 cientificar os Conselheiros e no comprometimento com a transparência na condução das demandas. Ato
139 contínuo, a Relatora comentou que recebeu a pauta antes da designação da Relatoria. Na sequência, o
140 Coordenador da SODS esclareceu que a relatoria foi designada no dia 06 de agosto e a pauta foi encaminhada
141 no dia 08 de agosto. A seguir, o plenário **aprovou**, por unanimidade de votos, com 31 (trinta e um) votos
142 favoráveis, o parecer da Relatora, **favorável** ao pleito do solicitante. **4.03. Processo SEI nº 23096.015830/2024-**

143 09, em que Adriano Fernandes Ferreira, Professor desta Instituição, solicita reconsideração da decisão do
144 Colegiado Pleno que deferiu o recurso referente ao resultado da eleição do Ouvidor, realizada na 169ª Reunião
145 Ordinária, do dia 31 de julho de 2024. Relator: Hugo Morais de Alcântara. O Relator estava ausente. Nada mais
146 havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a participação de todos e todas, e encerrou a reunião, da
147 qual eu, Edmilson de Souza Ramos Neto, Coordenador da Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores,
148 lavro a presente Ata, para ser assinada pelo Senhor Presidente, por mim, e pelos demais Conselheiros, após
149 lida e aprovada. Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade Federal de Campina Grande,
150 em Campina Grande, 03 de setembro de 2025.